



Número: **0802314-82.2018.8.18.0031**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **2ª Vara Cível da Comarca de Parnaíba**

Última distribuição : **05/07/2018**

Valor da causa: **R\$ 4.218,75**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ANDRE SILVA SOARES (AUTOR)		FRANCISCO JOSE GOMES DA SILVA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
10158698	09/06/2020 17:01	Sentença	Sentença

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
2ª Vara Cível da Comarca de Parnaíba DA COMARCA DE PARNAÍBA
Avenida Dezenove de Outubro, 3495, Conselheiro Alberto Silva, PARNAÍBA - PI - CEP:
64209-060

PROCESSO Nº: 0802314-82.2018.8.18.0031
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
ASSUNTO(S): [Seguro]
AUTOR: ANDRE SILVA SOARES

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

SENTENÇA

Trata-se de AÇÃO DE COBRANÇA, manejada por ANDRE SILVA SOARES em face de SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., todos devidamente qualificados.

Em Decisão de ID: de nº [9158652](#), determinou-se o pagamento das custas em razão do indeferimento da gratuidade da justiça.

Há Certidão juntada aos autos, indicando que a parte autora, foi intimada deixando transcorrer in albis o prazo concedido, não emendando a inicial. Eis um resumo. Fundamento e Decido.

O art. 290 do Código de Processo Civil prevê o cancelamento da distribuição se o autor, intimado na pessoa de seu advogado, não realizar o pagamento das custas e despesas de ingresso. Depreende-se dos autos que a autora fora devidamente intimada, entretanto, não procedendo ao recolhimento das custas iniciais do processo. Desse modo, outra solução não resta, senão o cancelamento da distribuição do feito.

Assim, com fulcro no art. 485, X, c/c 290 do CPC, EXTINGO A AÇÃO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, determinando o cancelamento da distribuição do feito, pelos motivos anteriormente expostos.

Transitando em julgado a sentença e não havendo manifestação, arquivem-se os autos.

Sem custas em face do cancelamento da distribuição. Diligências e intimações necessárias.

P.R.I

PARNAÍBA-PI, 8 de junho de 2020.

HELIOMAR RIOS FERREIRA.

Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Parnaíba

